

Com a faca na garganta

BRASKEM Fragilizada, a controladora Odebrecht aceita rever o acordo de acionistas e abre espaço para a Petrobras desnacionalizar a empresa

POR CARLOS DRUMMOND



Ao controlador, o domínio do mercado nas Américas

O anúncio à Comissão de Valores Mobiliários, na terça-feira 18, da revisão extemporânea do acordo de acionistas da Braskem, a maior produtora de resinas termoplásticas do continente americano, com faturamento de quase 48 bilhões de reais em 2016, alvoroçou os gigantes mundiais do setor. A empresa é controlada pela Odebrecht, detentora de 50% das ações com direito a voto e 38% do total, e Petrobras, dona de 47% do capital votante e 36% do total.

Do ponto de vista dos interessados em assumir uma posição relevante no seu capital ou mesmo em comprá-la, o momento não poderia ser melhor. A Odebrecht, colhida pela Lava Jato em 2015, há dois anos sem encomendas do setor público e com o seu presidente na cadeia, parece sem força suficiente para manter a mesma fatia de poder na companhia. A Petrobras, com a direção mais pró-mercado da sua história, agora tem grande chance de alterar em seu favor a composição do comando acionário e

assim liberar o seu naco aos interessados.

O atual acordo de acionistas, assinado em 2010 e válido até o ano de 2045, assegura à Odebrecht a indicação do presidente da Braskem e à Petrobras apenas a escolha do vice-presidente. Dos 11 conselheiros, 7 são indicados pela construtora e só 4 pela petroleira. A controladora tem direito de preferência na compra da parcela de ações pertencente à Petrobras e poder para vetar outros interessados nessa aquisição. Aniquilada financeiramente, a empreiteira talvez abra mão da preferência, segundo especulações do mercado. O definimento da maior empresa brasileira do setor e até poucos anos atrás a 18ª do mundo, imposto pela Lava Jato, contrasta com a situação de grandes grupos da Europa e Estados Unidos envolvidos em casos semelhantes. Submetidos a multas e a punições dos seus diretores e controladores, retomaram as contratações com o poder público no seu país poucas semanas após a suspensão desses negócios.

Shell, Exxon e Saudi Aramco, entre outras, estão na disputa da Braskem, informam os jornais. O espólio em jogo

é considerável. Além de proporcionar o domínio do setor de resinas termoplásticas do continente, o controle da brasileira significa o ingresso, sem nenhuma contrapartida exigida pelo governo, no mercado nacional daqueles produtos, estimado entre 5 milhões e 6 milhões de toneladas por ano.

A possível venda da Braskem a estrangeiros golpeia o interesse nacional, mas atende a objetivos conjugados de petroquímica e exploração de petróleo dos grandes pretendentes mundiais. Companhias petrolíferas como a Exxon e a Shell teriam condições de agregar à obtenção local de matérias-primas a produção de resinas, aumentando assim o seu lucro no nosso mercado, com perda simétrica para o País.

O efeito não discutido no setor privado e no governo da provável venda parcial ou mesmo total da Braskem a estrangeiros é o prosseguimento da desconstrução do projeto de nação acalentado até 30 anos atrás e o aumento da dependência econômica e financeira do País. ●